



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

QUESTÃO AGRÁRIA E DINÂMICA AGROPECUÁRIA EM SÃO PAULO: CONCENTRAÇÃO
FUNDIÁRIA E LUTA PELA TERRA

Joelson Gonçalves de Carvalho (UFRRJ) - joelsoncarvalho@gmail.com

Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Unicamp e Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas – Instituto Três Rios/UFRRJ

Questão Agrária e Dinâmica Agropecuária em São Paulo: Concentração Fundiária e Luta pela Terra

Resumo

Este artigo tem como preocupação central fazer uma análise da questão agrária paulista com o objetivo de demonstrar que em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura paulista com o capital financeiro, ligado ao agronegócio, houve, ao mesmo tempo, concentração fundiária, aumento da pobreza e fortalecimento da luta pela terra, preconizado pelos movimentos sociais organizados. Para cumprir o objetivo proposto o artigo apresenta, primeiro, o caráter concentrador da posse da terra no estado de São Paulo, para, em seguida, demonstrar como a evolução e a dinâmica da agropecuária no estado propiciaram a consolidação de cadeias agroindustriais modernas vis-à-vis a manutenção da pequena propriedade. Por fim, o foco recai na formação dos assentamentos rurais em São Paulo e suas especificidades regionais e na atualidade da questão agrária paulista. Em síntese, a luta pela terra em São Paulo deixa patente que os ganhos de produtividade ficam ao largo da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo.

Questão Agrária e Dinâmica Agropecuária em São Paulo: Concentração Fundiária e Luta pela Terra

Introdução

Muitos foram os estudos que tiveram o espaço socioeconômico paulista como foco de suas análises. Estes estudos contribuíram para o entendimento das especificidades regionais de São Paulo, deixando claro que o estado contou com avançadas relações capitalistas de produção, amplo mercado interno e, desde muito cedo, uma avançada agricultura mercantil. Estes foram os elementos fundamentais para sua expansão diversificada e ao mesmo tempo concentradora (CANO, 2007, p. 23). Do ponto de vista agrícola, este processo solidificou a existência de lógicas produtivas agropecuárias bem distintas no estado, que variam desde os altamente capitalizados, dominados por grandes empresas, até estruturas totalmente dependentes da mão-de-obra familiar, em que pese à elevada concentração fundiária.

Feito este sintético, mas necessário resgate, este artigo tem como objetivo analisar os condicionantes estruturais da questão agrária no estado de São Paulo. Para cumprir o objetivo proposto, a pesquisa caminha no sentido de demonstrar o processo de concentração fundiária estadual além de analisar a evolução e a dinâmica agropecuária em São Paulo, recuperando, por fim, o histórico processo de formação de assentamentos rurais no estado. Metodologicamente recorre-se a banco de dados secundários principalmente aos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, INCRA e ITESP, tendo como ponto de partida a década de 1960, marco inicial do processo de modernização conservadora que afetou o país como um todo e o estado de São Paulo em particular.

O artigo está estruturado em três tópicos básicos, além desta introdução e as considerações finais. No tópico 1 a preocupação recai no caráter concentrador da posse da terra no estado de São Paulo. No tópico 2, a ideia é demonstrar como a evolução e a dinâmica da agropecuária no estado propiciaram a consolidação de cadeias agroindustriais modernas vis-à-vis a manutenção da pequena propriedade. O tópico 3 tem como foco a recuperação histórica da formação dos primeiros assentamentos rurais em São Paulo. O argumento central aqui desenvolvido é que, em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura paulista com o capital financeiro, ligado ao agronegócio, houve, ao mesmo tempo, concentração fundiária, aumento da pobreza e fortalecimento da luta pela terra, preconizado pelos movimentos sociais organizados.

1 – Concentração fundiária em São Paulo

É fato que o avanço da concentração fundiária não foi obstáculo à expansão do capitalismo no Brasil. A estrutura agrária continuou concentrada e alterações internas nas relações de produção permitiram que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização. Houve significativa expansão da fronteira agrícola no país e uma acelerada urbanização. A expansão da fronteira agrícola permitiu expandir a produção agrícola sem a necessidade de alterações na estrutura agrária e a urbanização acelerada ampliou o mercado interno para o capital (GRAZIANO DA SILVA, 1980). São Paulo, com sua forte indústria e diversificação de sua agricultura, tornou-se um caso emblemático para se demonstrar que o avanço do capitalismo na agricultura se deu de modo concentrador e gerador de idiosincrasias merecedoras de análises.

O Índice de Gini da distribuição da posse da terra no estado de São Paulo deixa claro o elevado grau de concentração da propriedade fundiária paulista. Um olhar desatento nos dados da tabela 1 poderia sugerir uma ligeira diminuição da desigualdade no censo de 1995/96. Mas a mudança do período de coleta dos dados do ano civil para o ano agrícola gerou uma não-captação de estabelecimentos precários neste censo. Ademais, para o ano de 2006, a desigualdade da posse da terra, medida pelo Índice de Gini, registrou o maior valor dentro do período analisado, maior inclusive que o 0,795 registrado para 1960 (HOFFMANN, 2007).

Tabela 1 – Índice de Gini (G*) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. São Paulo, 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,757	0,755	0,751	0,752	0,749	0,798
Arrendatário	0,701	0,754	0,741	0,744	0,752	0,810
Parceiro	0,484	0,512	0,591	0,703	0,841	0,933
Ocupante	0,741	0,752	0,786	0,799	0,764	0,585
Total	0,779	0,775	0,774	0,772	0,760	0,803

Fonte: Censos Agropecuários. Apud Hoffmann, 2010.

A elevada concentração fundiária causada pela rápida modernização da agricultura paulista, não se deu sem traumas. Observada a absorção de mão-de-obra, fica patente que o desenvolvimento do capitalismo no campo, com os significativos aumentos da produtividade do trabalho e aumento vertiginoso da maquinização da produção ocorreu à revelia do aumento de oportunidades de trabalho na agropecuária.

Houve, em São Paulo, além de uma redução relativa, também uma queda absoluta do número de famílias ocupadas em atividades agrícolas. Enquanto, em 1960, São Paulo

tinha cerca de 1,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, em 2006, esse número tinha se reduzido para 910 mil. Os dados da tabela 2 demonstram a contínua redução de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias *pari passu* ao número de tratores no estado e a redução significativa da relação pessoal ocupado sobre o número de tratores (PO/TR) que declina de 63,56 trabalhadores por trator, em 1960, para uma relação de 6,27, em 2006.

Tabela 2 – São Paulo - Pessoal ocupado e número de tratores na agropecuária nos Censos de 1960 a 2006

Dados estruturais	Censos						
	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Pessoal ocupado	1.727.310	1.420.040	1.364.942	1.376.463	1.357.113	914.954	910.805
Tratores	27.176	67.213	101.359	138.739	159.625	170.573	145.345
PO/TR	63,56	21,13	13,47	9,92	8,50	5,36	6,27

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1960/2006.

Dos 910.805 trabalhadores ocupados nos estabelecimentos agrícolas em São Paulo, em 2006, 38% se encontravam em lavouras temporárias, 31% em atividades de pecuária, 21% em lavouras permanentes e 9% em horticultura e floricultura. As demais atividades empregaram em percentuais abaixo de 1% (IBGE, 2006).

Tabela 3 – Estabelecimentos, área e população ocupada por estratos de área no estado de São Paulo em 2006.

Estratos de Área Total (ha)	TE (FR)	AT (FR)	PO (FR)	TE (FA)	AT (FA)	PO (FA)
Maior de 0 a menos de 5	23%	1%	13%	23%	1%	13%
De 5 a menos de 10	14%	1%	9%	37%	2%	22%
De 10 a menos de 20	20%	4%	14%	57%	6%	35%
De 20 a menos de 50	20%	9%	16%	78%	15%	52%
De 50 a menos de 100	9%	9%	9%	87%	24%	60%
De 100 a menos de 200	6%	11%	8%	93%	35%	68%
De 200 a menos de 500	4%	18%	9%	97%	53%	78%
De 500 a menos de 1000	1%	12%	4%	98%	64%	82%
De 1000 a menos de 2500	1%	13%	5%	99%	78%	87%
De 2 500 e mais	0%	22%	12%	99%	100%	100%
Produtor sem área	1%	-	0%	100%	100%	100%
Total	100%	100%	100%	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Frequências calculadas pelo autor. Notas: TE (Total de estabelecimentos), AT (Área total), PO (População Ocupada), FR (Frequência relativa) e FA (Frequência acumulada).

Observados os grupos de áreas, pode-se reforçar o argumento da pequena propriedade enquanto geradora de trabalho e renda. Nos estratos inferiores a 20 hectares concentram-se 57% do total de estabelecimentos, responsáveis por 35% de todo o pessoal ocupado na agropecuária, em 6% da área total (Tabela 3).

Valendo-nos de instrumentos estatísticos simples como o cálculo de freqüências relativas e acumuladas para estabelecimentos e área ocupada, deduz-se que 57% de todos os estabelecimentos rurais no estado estão abaixo dos 20 hectares ocupando apenas 6% da área total. Em sentido contrário, os estabelecimentos agropecuários acima de 1000 hectares representam apenas 1% do total, mas ocupam 36% de toda a área recenseada em 2006 pelo IBGE.

A bem da verdade, o que existe é um processo contínuo na intensificação da concentração fundiária. Observados os dados dos censos anteriores, em 1985, os estabelecimentos de até 50 hectares totalizavam 214.163. Já em 1995/1996 esse número caiu para 158.913, uma redução, em dez anos, de 25%. No último censo o número de estabelecimentos rurais até 50 hectares aumentou para 177.177, mas isto não é indicador de desconcentração, uma vez que, estes estabelecimentos representam 78% do total em uma área de apenas 15%.

A desigualdade de acesso a terra no Brasil é uma realidade em todas as unidades da federação. Contudo, chama a atenção o agravamento desta concentração no estado de São Paulo que de 0,758, em 1995, passa para 0,804, em 2006.ⁱ

A pobreza se manifesta por um conjunto de fatores inter-relacionados que distanciam os afetados por ela, de uma *homogeneização social* caracterizada por uma *satisfação de forma ampliada das necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais* (FURTADO, 1992) ou, ainda, limitam os pobres, em suas tomadas de decisões, de caráter autônomo, como prerrogativa básica para a *expansão da liberdade*, ou ainda, *expansão das capacidades humanas* (SEN, 2000). Em que pese às discussões conceituais mais gerais sobre o que seja pobre e pobreza, neste trabalho assume-se que os pobres do campo são aqueles incapazes de gerar uma produção mínima necessária para satisfazer as necessidades básicas da pessoa e da família.

Apresentada a ideia de pobreza aqui admitida, ela se revela, no território, por aqueles que não têm terras ou não as têm em quantidade suficiente; por aqueles que estão privados de políticas agrícolas adequadas; muitas vezes pela condição de ilegalidade da posse, o que, por sua vez, inviabiliza o acesso ao crédito. A precariedade é outro fator: terras pouco férteis, mal situadas em relação a mercados e infraestrutura deficiente ou insuficiente. Soma-se à ideia de pobre aqui aceita, aqueles, que, ao venderem sua força de trabalho, recebem menos que o necessário para sua existência.

A luta pela terra no estado mais rico do país demonstra o quão complexo e contraditório é o processo de desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura brasileira e paulista. Em sendo assim, a formação de assentamentos rurais no estado de São Paulo é uma consequência direta do elevado grau de conflito entre posse da terra e exploração do trabalho.

Neste sentido, na próxima seção, a análise recai sobre a dinâmica da agropecuária paulista de modo a associá-la à concentração fundiária e ao aumento da luta pela terra no estado.

2 – EVOLUÇÃO E DINÂMICA AGROPECUÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Aliado à diversificação agrícola, o incremento tecnológico, utilizado como instrumento de política pública, altamente difundido nos anos 1970, foi fundamental e decisivo para transformar a agricultura paulista na mais moderna do país. Esse padrão persistiu durante toda a década de 1980, cumprindo o papel de geração de superávits comerciais para fazer frente, mesmo que parcialmente, aos serviços da dívida externa. A década de 1990, marcada pela intensificação do processo de globalização e de reestruturação produtiva, dificultou a pequena produção agrícola, com o aumento das importações, inclusive de gêneros básicos.

É de conhecimento geral o empenho dos últimos governos estaduais em desenvolver o setor agrícola visando o agronegócio e a exportação inclusive com o direcionamento dos institutos de pesquisa para esse fim.ⁱⁱ Em decorrência deste contexto ocorreram alterações significativas na agricultura de São Paulo. O estado tem se concentrado nas lavouras para as quais existem vantagens competitivas internacionais e isto pode ser observado a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006.

A própria dinâmica geral deste processo é excludente e seletora de culturas. Isto pode ser observado comparando os censos agrícolas realizados no país. A partir dos dados apresentados na tabela 4 pode-se perceber o crescimento das lavouras em detrimento das áreas de pastagens plantadas, no estado de São Paulo. As lavouras permanentes e temporárias somadas representavam, em 1970, aproximadamente 23% do total da utilização das terras no Brasil. Este percentual subiu para 41% em 2006, com a predominância das lavouras temporárias sobre as permanentes. Já as pastagens, tanto plantadas como naturais, que em 1970 representavam 56%, reduziram sua participação gradativamente, apresentando, em 2006, 41% daquele total (Tabela 4).

Tabela 4 - Estabelecimentos agropecuários, área total e utilização das terras em hectares em São Paulo- 1970/2006

Dados estruturais	Censos				
	1970	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos	326.780	273.187	282.070	218.016	227.594
Área total (ha)	20.416.024	20.160.998	20.245.287	17.369.204	16.701.471
Lavouras permanentes	1.145.152	1.764.290	1.613.953	1.368.614	1.682.687
Lavouras temporárias	3.590.773	4.169.751	4.910.848	3.887.554	5.193.904
Pastagens naturais	5.531.823	3.214.406	2.554.551	2.006.431	2.866.980
Pastagens plantadas	5.931.560	7.092.654	7.371.939	7.055.823	4.032.007
Matas naturais	1.849.474	1.530.805	1.399.237	1.352.379	1.878.485
Matas plantadas	577.436	865.831	912.730	597.000	370.114

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006. Nota: para definição completa das culturas, ver IBGE (2009).

A diminuição da área das pastagens plantadas chama a atenção, pois a redução foi de 42,86% entre os dois últimos censos (Tabela 4), acompanhada por redução também no efetivo bovino de 15,22% (Tabela 5). É notório que as culturas menos rentáveis e com baixa produtividade acabam se deslocando para áreas de fronteira. Este fato explica a redução das áreas destinadas às pastagens que migraram para regiões centro-oeste e norte. De modo ilustrativo, segundo IBGE (2009), o estado de Mato Grosso, ao contrário do comportamento paulista, teve um incremento de 14,12% nas áreas de pastagens plantadas e 37,19% no plantel bovino, o que representa 29% do total do crescimento nacional e, em termos absolutos, um incremento de mais de cinco milhões de cabeçasⁱⁱⁱ.

Outro fator de destaque na agropecuária do estado é o crescimento da cultura canavieira que ocupava 12,25% da área dos estabelecimentos rurais paulistas, em 1995/96, e passou para 17,96%, em 2006. O avanço do setor sucroalcooleiro é outro fator que contribuiu para a expressiva redução das pastagens plantadas, especialmente as degradadas

No que tange o aumento da área de matas e florestas, da ordem de 19,1% para o estado de São Paulo, este fato pode ser explicado pelo cumprimento da legislação em vigor que obriga a destinação de 25% da terra para áreas de preservação. O efetivo de bovinos, que nos dois censos anteriores ao de 2006, se manteve estável em torno de 12 milhões de cabeças, recuou nos últimos dez anos para pouco mais de 10 milhões, indicando uma especialização agroindustrial mais voltada para a engorda e abate. Outro fato que chama a atenção é o crescimento da produção de aves e de ovos de galinha indicando uma forte especialização agrícola no estado (Tabela 5).

Tabela 5- Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários no efetivo animal em São Paulo - 1970/2006

Efetivo	Censos				
	1970	1980	1985	1995-1996	2006
Bovinos	9.110.633	11 685 216	12 210 369	12 306 790	10 433 021
Bubalinos	12.255	31 849	38 158	36 993	48 531
Caprinos	56.872	38 382	43 868	31 636	54 574
Ovinos	98.126	165 464	234 641	263 217	490 029
Suínos	1.857.284	1 894 412	1 888 394	1 429 746	1 562 282
Aves ⁽¹⁾	50.208	97 043	85 560	168 022	282 901

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970/2006. Notas: (1) Galinhas, galos, frangas e frangos por mil cabeças.

As atividades de pecuária e criação de outros animais ocupam 40% da área total do estado e 50% dos estabelecimentos. Os segundo e terceiro grupos de atividade mais presentes são as lavouras temporárias (20% do total de estabelecimentos em 39% da área) e as lavouras permanentes (18% do total de estabelecimentos em 14% da área) respectivamente. Cabe destaque ainda a horticultura e floricultura que, em apenas 3% da área do estado, ocupam 10% dos estabelecimentos agropecuários.

Observada a condição do produtor rural em relação às terras, os dados do Censo Agropecuário de 2006 demonstram a supremacia de proprietários sobre as demais formas: são 85% dos estabelecimentos que ocupam 90% da área total no estado. A segunda condição mais presente é a de arrendatário que perfaz 7% do total dos estabelecimentos ocupando também 7% da área total. No que se refere ao local de residência, 60% dos estabelecimentos são dirigidos por pessoas que moram no próprio estabelecimento, 24% são dirigidos por pessoas que moram na zona urbana do município onde fica o estabelecimento. Apenas 5% são dirigidos por pessoas que moram da zona rural do município, 10% são conduzidos por moradores urbanos de outro município e por fim, apenas 1% é dirigido por residentes em zonas rurais de outros municípios, conforme dados disponíveis no Censo Agropecuário de 2006. Uma breve análise da moda estatística nos revela que as pessoas com níveis mais altos de escolaridade (com curso superior) não residem no município do estabelecimento (30% residem na zona urbana de outro município) demonstrando um perfil mais empresarial da atividade agrícola (IBGE, 2009).

Enquanto caracterização do perfil dos que dirigem os estabelecimentos agropecuários verifica-se que 53% deles, independente do estrato de área, são dirigidos por pessoas com baixa escolaridade (no máximo ensino fundamental incompleto). Considerando um intervalo maior, levando em consideração aqueles que no máximo acabaram o ensino fundamental ou antigo primeiro grau, o número de estabelecimentos

atinge 70%.^{iv} Observadas às principais culturas, a produção no estado de São Paulo pode ser sinteticamente caracterizada com se segue:

- a) **Lavouras temporárias** – realizada em 20% dos estabelecimentos ocupando uma área de aproximadamente 39%. Nas propriedades com áreas inferiores a 50 hectares, está localizada a grande parte desta atividade (78%), mas de modo paradoxal se espremem em uma área de aproximadamente 15% do total da agropecuária. Os produtores que detêm áreas superiores a 1000 hectares (apenas 1% do total) ocupam terras equivalentes a 36% do total da área recenseada pelo IBGE destinada a culturas temporárias;
- b) **Lavouras permanentes** – realizada em 18% dos estabelecimentos agropecuários ocupando uma área de 14% do total. À semelhança das lavouras temporárias, as permanentes também estão concentradas em propriedades com menos de 50 hectares (81%) ocupando uma área de 21% do total. Neste caso a situação da concentração fundiária chega ao ponto de apenas 251 estabelecimentos (que representam os maiores que 1000 ha) ocuparem área igual a 538.534 hectares ou, em termos relativos, 0,006% do total de estabelecimentos com área igual a 23% do total das lavouras permanentes;
- c) **Horticultura e floricultura** – a horticultura e floricultura é sempre associada à pequena produção familiar por ser muito intensiva em mão-de-obra. Isso fica evidente em São Paulo onde 55% do total dos estabelecimentos dedicados a estas atividades são menores que 5 hectares, mas ocupam uma área de apenas 5% do total. Entretanto, 30% do total da área destinada a estas culturas pertencem a apenas 31 estabelecimentos;
- d) **Produção de sementes e mudas** – uma análise mais detalhada desta atividade agrícola é bastante prejudicada pelos critérios de sigilo estatístico uma vez que segundo o Censo Agropecuário de 2006, para o estado de São Paulo, existem dois estabelecimentos dedicados a esta atividade entre os estratos de 1000 a menos de 2.500 hectares e apenas um com área superior a 2.500 hectares. Todavia, o número de estabelecimentos dedicados a esta atividade é significativamente pequeno, indicando uma forte especialização da produção, na qual 6 produtores, com estabelecimentos superiores a 500 ha, detêm uma área equivalente a 30% do total;
- e) **Pecuária e criação de outros animais** – A pecuária é a atividade que mais ocupa espaço em São Paulo: são 50% dos estabelecimentos agropecuários do estado em uma área equivalente a 40% do total. Aqui, mais uma vez se confirma a estrutura fundiária concentradora no estado: observados os estabelecimentos menores que 20 hectares, percebe-se que eles representam 57% do total dos estabelecimentos dedicados a atividades pecuárias, mas ocupam apenas 9% da área total dedicada à atividade. Na outra extremidade, os estabelecimentos superiores a 1000 hectares (0,6% do total dos estabelecimentos dedicados à pecuária) ocupam uma área de 1.430.444 hectares ou 22% da área destinada à pecuária ou ainda 9% de toda a área agropecuária do estado;
- f) **Outras atividades agropecuárias** – as demais atividades, a saber: produção florestal, tanto nativa quanto plantada, pesca e aquicultura, constituem importantes atividades econômicas, entretanto, apresentam uma dinâmica fortemente regionalizada. Somadas estas atividades ocupam aproximadamente 5% da área total em 2% dos estabelecimentos agropecuários.

Um olhar mais geral na agropecuária deixa claro que existe uma presença marcante, em todo o território paulista, de grandes cadeias ligadas ao agronegócio, tais como a citricultura, a cana-de-açúcar e a pecuária de corte e seus derivados, dentre tantos outros exemplos. Estas cadeias produtivas apresentam alto grau tecnológico e têm como foco principal o mercado externo. Não obstante, existe outro conjunto de atividades que se apresentam altamente especializadas caracterizando espaços regionais mais específicos, o que, por sua vez, promovem singularidades econômicas fundamentais para as respectivas regiões (Tabela 6). Ademais, segundo Gonçalves (2006 e 2009), numa leitura territorial da agricultura paulista, verifica-se um amplo mosaico de situações definindo territorialidades características que cada vez mais problematizam a possibilidade de sucesso de políticas setoriais genéricas.

De modo a compor o mosaico da diversidade da agropecuária paulista, ademais, em paralelo com esta agropecuária fortemente ligada ao agronegócio existe também uma enorme gama de pequenas cadeias produtivas de produção especializadas localmente que, mesmo tendo reduzido impacto na renda bruta agropecuária total, apresentam elevada importância local.

A análise do VPA, de 2008, em São Paulo, deixa evidente que o principal produto do estado é a cana-de-açúcar, produto que representa 36,94% do VPA do estado, seguido da laranja (13,11%), carne bovina (7,85%), carne de frango (7,36%), milho (5,32%), ovos de galinha (3,85%) e leite (3,38%). Somados, estes sete produtos correspondem por 77,81% do total do valor da produção agropecuária do estado (TSUNECHIRO, et al. 2010).

Mesmo os produtos que representam percentuais muito baixos para o estado (menores de 1%), se analisada a participação no valor da produção nacional, o quadro se altera, demonstrando que São Paulo se destaca em outra gama de produtos, em especial o amendoim em casca (70,19%), o látex coagulado (57,57%), o limão (65,01%), a tangerina (42,77%), o palmito (36,59%), o chá-da-índia (81,54%) entre outros. Cabe frisar que esta diversificação agrícola é resultado de um longo processo que se inicia já no último quartel do século XIX e, a partir de então, com o aumento das novas culturas e o incremento tecnológico no campo, transforma a agricultura paulista na mais moderna, dinâmica e diversificada do país.

Estes números, baseados em culturas tão diversas, revelam que existem lógicas produtivas bem distintas no estado. Elas vão desde modelos altamente capitalizados, dominados por grandes empresas, até estruturas totalmente dependentes da mão-de-obra familiar, mas capitalizadas. As conexões históricas para este fenômeno tão diverso remontam as décadas de 1940 e 1950, nas quais a incorporação da fronteira agrícola representou uma ampliação das atividades rurais e agroindustriais ao mesmo tempo em que cresceu o número de cidades *vis-à-vis* a expansão da grande propriedade concomitante

com a possibilidade de ampliação do espaço para a pequena produção mercantil (MONBEIG, 1984; LAMARCHE, 1998).

A priori, pelo que foi apresentado, no que tange à diversificação agrícola e às especificidades regionais no estado de São Paulo, poder-se-ia fortalecer a tese de que a questão agrária estaria resolvida no estado de São Paulo. Entretanto não restam dúvidas que os ganhos de produtividade ficaram ao largo da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, o que por sua vez, corroborou de modo estrutural para ao aumento dos conflitos no campo e na luta pela terra, além de reacenderem as discussões e intensificarem o debate sobre a questão agrária paulista e suas consequências.

É patente a dificuldade de um assentamento acompanhar o grau de desenvolvimento médio das atividades agropecuárias no estado de São Paulo, pois isto exige uma capitalização maior do que possuem os assentados. Não obstante, existem regiões com complicações adicionais que corroboram para o agravamento da situação de pobreza e insegurança dos assentados, notadamente, as regiões do Pontal do Paranapanema, Vale do Paraíba e o Vale do Ribeira e áreas contíguas a ele, nas quais a precariedade é maior não apenas pelas dificuldades de cultivo como também pela condição de posseiro em áreas griladas por grandes latifundiários ou áreas de conservação ambiental^v.

Por fim, no que tange o camponês expropriado, Gomes da Silva (1996, p. 185) analisando os movimentos migratórios definiu bem as relações estruturais que o envolvem quando expressou que “(...) *o rurícola é expulso do campo, na cidade não tem emprego e a favela, onde costumava refugiar-se, está hoje ocupada pelo crime organizado. Daí só existe dois caminhos: ou ele se incorpora à marginalidade – criminosa ou não – ou pressiona o recurso disponível, isto é, a terra ociosa que não cumpre sua função social, alistando-se no MST*”. Fica, portanto, a necessária investigação sobre a intensificação da luta pela terra em São Paulo, tratada a seguir.

3 – Formação dos assentamentos rurais e a luta pela terra no estado de São Paulo

Enquanto digressão necessária para se entender a luta pela terra no Estado de São Paulo é importante que se tenha em mente que, nesta Unidade da Federação, o governo do estado teve um papel importante neste longo processo. Indubitavelmente a “Revisão Agrária” foi o primeiro programa estadual com vistas à constituição de assentamentos rurais no Estado de São Paulo^{vi}. Este programa, desenvolvido pelo Governo Carvalho Pinto (1958-1962), se inseriu em um contexto de intensos debates sobre a questão agrária nacional, como apontado em Kageyama (1993).

Do ponto de vista programático, a meta era o assentamento de 500 a 1000 famílias por ano. Contudo, apenas dois projetos-piloto tiveram êxito, a saber: um em Campinas, com 72 famílias e outro em Marília, com 113 famílias.

Em Campinas, a área hoje conhecida com Bairro Reforma Agrária, inicialmente denominada Núcleo Agrário Capivari, foi fruto da desapropriação de parte da Fazenda Capivari, dividida em 72 lotes. Em um primeiro momento, os assentados se dedicaram a culturas das quais já tinham experiência como algodão e leguminosas. Entretanto, a partir do exemplo de famílias japonesas também assentadas na área, passaram paulatinamente a se dedicar a fruticultura, especialmente figo e uva. Mais recentemente ganhou destaque, no Bairro, a produção de goiaba e seriguela e, passados 40 anos da implantação do projeto, dois terços das famílias beneficiadas ainda estão no local (BOMBARDI, 2004).

Em Marília, a área escolhida foi a Fazenda Santa Helena com 1.200 hectares que, pela total improdutividade foi alvo de ocupações de militantes do PCB durante os primeiros meses de 1960. Produzindo amendoim para cerealistas da região e com reduzido poder de barganha nos preços de venda, os assentados tiveram seus problemas financeiros agravados com as perdas das safras de 1963/64 pela falta de chuvas, o que comprometeu o pagamento dos lotes e a venda dos lotes. Os novos compradores, a partir de meados da década de 1970, passam a produzir frutas, café ou transformam a área em sítios de lazer. A proximidade com a cidade de Marília (26 km), a eletrificação rural, em 1978, e o acesso direto à BR 147, gerou uma expressiva valorização imobiliária, que associada à baixa fertilidade do solo, transformou os lotes em instrumentos de lazer pertencentes a industriais e profissionais liberais da região (TOLENTINO, 1997).

Mesmo tendo caráter bastante progressista, as áreas utilizadas nestes dois projetos demonstram que os interesses latifundiários não foram nem enfrentados nem contrariados. A falta de uma pressão organizada e até mesmo de movimentos de luta pela terra em São Paulo, à época, deixava o tema da reforma agrária bem menos presente que nos estados do nordeste que contavam com as pressões organizadas pelas Ligas Camponesas.

Em síntese, estes dois projetos-piloto tiveram trajetórias bastante distintas. Em Marília, os lotes converteram-se em chácaras de lazer de empresários da região. Já em Campinas, como observou Bergamasco (1992) e Bombardi (2004), mesmo com muitas transformações ocorridas no período, o assentamento ainda preserva, mesmo que parcialmente, características originais, produzindo principalmente fruticultura.

O êxito do programa, para além dos *pilotos* desenvolvidos, foi totalmente comprometido com o fim do Governo Carvalho Pinto e início da gestão de Adhemar de Barros, que abandonou o programa. As questões fundiárias só foram novamente colocadas no debate estadual nos anos 1980 durante a gestão de Franco Montoro (1983-1986) que

coincide com o processo de redemocratização, abertura política e as iniciativas, realizadas em âmbito federal, atinentes no I PRNA.

Um olhar mais detalhado sobre a principal iniciativa federal nos dá a dimensão limitada das ações estatais. O primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), levado a cabo durante o primeiro governo da Nova República (1985 – 1989), tinha como princípio básico, para a sua realização, a função social da propriedade. Contudo, revelava o caráter contraditório das políticas fundiárias nacionais, reforçando o direito à propriedade, garantindo a não-desapropriação das empresas rurais, e que a reforma agrária não atingiria as terras que estivessem produzindo além do que as desapropriações seriam pagas mediante indenizações. As metas eram ambiciosas: assentamento de 1,4 milhão de famílias em quatro anos (Tabela 6). O programa não foi acompanhado nem por vontade política nem por verbas públicas condizentes resultando em apenas 515 projetos com capacidade de assentamento de 83.625 famílias^{vii}.

Anos	Metas de Famílias Assentadas
1985/86	150.000
1987	300.000
1988	450.000
1989	500.000
Total	1.400.000

Fonte: MIRAD. Apud Vasconcelos (2007, p. 60)

Montoro assume o governo do estado com um significativo passivo fundiário e já nos primeiros meses de governo enfrenta manifestações e ocupações que impeliram à necessidade de uma resposta rápida e ao mesmo tempo consistente de política fundiária a cargo do estado. É neste contexto que surge o Plano de Valorização de Terras Públicas (PVTP).

Há que se considerar as limitações na competência dos estados no que tange políticas fundiárias. A primeira delas é não poder usar de desapropriações para fins de reforma agrária; por outro lado a não dotação de recursos provenientes do Imposto Territorial Rural, de cunho federal e municipal, além de não terem poder de gerir recursos oriundos do governo federal.

Diante de tais limitações fica óbvia a opção pelo uso de terras públicas para o enfrentamento de problemas fundiários descritos no programa^{viii}. Foram 24 assentamentos, beneficiando 2.150 famílias em um total de 36.167 hectares (Tabela 7).

Tabela 7 - Projetos de assentamento realizados no Governo Montoro ^a					
DEMONIMAÇÃO	PROP.	INICIO	ORIGEM	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS
Araraquara 1	FEPASA	Jul/85	Ocupação	420	39
Araraquara 2	FEPASA	Out/85	Ocupação	556	31
Araraquara 3	FEPASA	Ago/86	Planejado	330	18
Araraquara 4	FEPASA	Nov/86	Ocupação	540	32
Araras 1	FEPASA	Ago/84	Planejado	82	9
Araras 2	FEPASA	Ago/84	Planejado	185	13
Capão Bonito	PREF.	Ago/86	Ocupação	110	20
Casa Branca	CODASP	Set/85	Planejado	455	22
Gleba XV	Partic.	Mar/84	Ocupação	13310	667
Ilha Solteira	CESP	Nov/84	Planejado	902	89
Itapetininga	SEAF	Fev/87	Ocupação	918	22
Jupia	CESP	Out/83	Planejado	990	107
Lagoa S. Paulo	CESP	Abr/83 **	Planejado	8247	552
Pirituba 1	FAZ. EST.	Mai/84	Ocupação	2511	86
Pirituba 2	FAZ. EST.	Mai/84	Ocupação	1341	53
Pirituba 3	FAZ. EST.	Dez/86	Ocupação	525	86
Porto Feliz 1	CODASP	Dez/85	Ocupação	1090 ^c	42
Porto Feliz 2	CODASP	Dez/85	Ocupação		41
Promissão	CESP	Out/83	Ocupação	125	8
Rosana	FAZ. EST.	Out/86	Planejado	2582	126
Sumaré 1	FEPASA	Fev/84	Ocupação	338	26
Sumaré 2	FEPASA	Ago/85	Ocupação	377	29
Três Irmãos 1	CESP	Set/85	Ocupação	97	21
Três Irmãos 2	CESP	Set/85	Ocupação	136	11
Total				36167	2150

Fonte: Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (SEAF) e Pesquisa "Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma e Assentamentos no Estado de São Paulo". Apud Barbosa e Leite (1991, p. 44). Notas: (a) O número de famílias oscila ao longo do período, os dados apresentados referem-se ao biênio 1988/89; (b) O primeiro assentamento em Lagoa S. Paulo foi realizado em março de 1979, e em abril de 1983 foram implantadas as famílias restantes; (c) A área de 1090 ha refere-se a Porto Feliz 1 e 2.

Em que pese os programas estaduais, até os anos 1980, os conflitos ocorridos, no período da ditadura, ocasionaram ocupações de áreas isoladas e residuais na luta pela terra, contudo, no bojo das manifestações pela redemocratização e surgimento de novos atores políticos e sociais, tais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Partido dos Trabalhadores (PT) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), a luta pela terra ganha maior dimensão e maior articulação nacional, imprimindo ao poder público, a necessidade de novas respostas^{ix}.

Os principais personagens do dilema agrário no estado de São Paulo, a partir dos anos 1980 foram os posseiros, meeiros, arrendatários e sitiante atingidos por barragens. Somam-se a estes, os movimentos derivados de organizações sindicais, especialmente no que se refere a trabalhadores assalariados ligados ao corte da cana. E, em meio à constituição e fortalecimento desta forma de reivindicação e luta deve-se levar em

consideração os migrantes de todo o país que passam a buscar movimentos organizados como instrumento de conquista de terra e trabalho (NORDER, 2004, p. 78).

Na tentativa de responder às demandas crescentes por reforma agrária, as áreas onde foram implementados os primeiros assentamentos rurais pertenciam a empresas estatais, a exemplo da FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A), CODASP (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo), CESP (Companhia Energética de São Paulo) e Petrobrás. Outras terras pertenciam ao governo do estado, além de áreas griladas ou devolutas, especialmente as áreas do Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira.

As especificidades regionais no processo de formação dos assentamentos rurais no estado não permite generalizações demasiadas em suas análises, cabendo, portanto apenas algumas reflexões sobre estas áreas marcadas pela grilagem e pela dificuldade de ação e coordenação estatal. Estas regiões possuem características em comum: estão localizadas nos extremos do Estado, estando fora das principais rotas de desenvolvimento econômico, tendo ainda uma situação econômica comparativamente menor que a da restante do estado, elevado percentual de terras devolutas e de áreas não discriminadas.

O Vale do Ribeira apresenta complexa estrutura agrária e presença de conflitos entre comunidades camponesas e as unidades de conservação. A questão agrária em relação às comunidades tradicionais envolve diferentes grupos de interesse, tais como ecologistas, quilombolas, indígenas, pequenos agricultores, latifundiários dedicados à cultura da banana entre outros. São, segundo o projeto Territórios da Cidadania, 437.908 habitantes, dos quais 114.854 vivem na área rural, o que corresponde a 26,23% do total. Possui 7.037 agricultores familiares, 159 famílias assentadas, 30 comunidades quilombolas e 3 terras indígenas^x.

A região é hoje uma das poucas que mantém, conservado, um contínuo de Mata Atlântica em todo o país e apresenta uma situação agrária bastante complexa. O aumento da especulação e o processo de grilagem de vastas áreas, que ocorreu entre os anos de 1950 a 1980, geraram elevada concentração fundiária e formação de latifúndios na região, contudo sem amparo legal, causando tensões e conflitos no campo. Segundo Bernini (2009, p. 42): “A melhoria do sistema viário junto com a expansão da agricultura comercial colaboraram para a intensificação dos conflitos de terra na região. O processo de terras era bastante duvidoso, pois na maioria das vezes ignorava a presença do posseiro e o fato de muitas terras serem públicas”. De modo ilustrativo, 604.000 hectares da parte paulista do Vale do Ribeira, são considerados áreas não discriminadas, algo em torno de 40% de todo o território (MARINHO, 2006).

Já o Pontal do Paranapanema é uma região que se originou de um grilo de mais de um milhão e cem mil hectares, sendo um dos maiores processos de grilagem de terras devolutas da história do Brasil e a região de maior número de conflitos do estado. Em março de 1984, o governo decretou as primeiras desapropriações e arrecadou uma área de 15.110

hectares, de algumas fazendas, para assentar cerca de quatrocentos e sessenta famílias (Fernandes, 1999). O assentamento implantado recebeu o nome de Gleba XV de Novembro, sendo a primeira conquista de uma série de outros assentamentos realizados, especialmente a partir dos anos 1990, com a organização do MST na região^{xi}. Conforme apontado por Medeiros e Leite (1999), uma nova fase nos programas estaduais de ocupações de áreas públicas destinadas ao assentamento de famílias no espaço rural originou-se a partir dos anos 1990, quando o governo foi forçado a se voltar para a região do Pontal do Paranapanema dada à potencialidade dos conflitos naquela região.

Apesar de grande parte das ações dos movimentos sociais estarem localizadas no Pontal do Paranapanema, houve grande movimentação em outras regiões do estado, notadamente nas regiões norte, noroeste e central. Uma explicação pode ser encontrada, segundo Feliciano (2009) na mudança de orientação do governo estadual que diminuiu a arrecadação de terras devolutas no Pontal e na expectativa de uma atuação mais efetiva do governo federal, após a eleição de um governo petista.

Os projetos federais de assentamentos rurais até o final dos anos 1990 somaram 23 áreas com 2.823 famílias beneficiadas, com destaque para dois que foram os mais populosos: a fazenda Primavera, no município de Pirituba, com 343 famílias e a fazenda Reunidas, em Promissão, com 629 famílias.

Os dados disponíveis, segundo o ITESP e o INCRA, registram 237 assentamentos rurais no estado de São Paulo. O menor deles, criado em 2004, no município de Araras, tem 30 famílias em uma área de apenas 40 hectares. O maior deles é o assentamento Fazenda Reunidas em Promissão que, desde 87, abriga 629 famílias em uma área superior a 17 mil hectares. A partir do recorte regional observa-se que os 237 assentamentos estão inseridos em 88 municípios em 15 Regiões Administrativas, com destaque para a RAs de Presidente Prudente com 114 assentamentos, Araçatuba com 35, Sorocaba com 18 e Bauru com 17. Fica evidente que a RA de Presidente Prudente é a que contem o maior número de assentamentos, ao todo são 114 presentes em 18 municípios, o que representa 48% dos assentamentos no estado em 45% da área desapropriada^{xii}. A expressividade destes números só foi possível graças à ação de diversos movimentos de trabalhadores rurais, em especial o MST.

A criação de assentamentos rurais, a luta pela terra e a política de reforma agrária não caminham na mesma velocidade, cabendo aos movimentos sociais a manutenção do tema, enquanto bandeira no debate político pelo uso da luta pela terra. Existem hoje aproximadamente mais de 90 movimentos de luta pela terra em todo o país, contudo, indubitavelmente o MST além de ser o mais representativo em termos de ações práticas é o mais completo em termos de estrutura organizacional. Já, em meados dos anos 1990,

estava presente em 23 estados brasileiros e com apoio de diversas organizações internacionais.

O MST foi formalmente fundado apenas em 1984, em seu primeiro encontro nacional, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, mas sua origem deve ser entendida pelo menos com cinco anos de antecedência. A partir de 1979, em cinco estados do Centro-Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul), aconteceram ocupações de terra e lutas de resistências de posseiros e de arrendatários que, capitaneadas pela CPT, deram origem aos primeiros encontros populares de caráter nacional para discutir temas como luta pela terra e a reforma agrária.

Em São Paulo não foi diferente. Até 1984, o estado contava com movimentos isolados nas regiões de Andradina, Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas, articulados pela CPT. Com a fundação do MST em nível nacional, o Movimento estabeleceu uma secretaria estadual na cidade de São Paulo, junto à sede da CUT e, a partir de 1985, se expandiu para região de Campinas onde as conquistas dos assentamentos Sumaré I e Sumaré II, em áreas da FEPASA, tornaram-se importantes bases na formação do MST no estado (Fernandes, 1999). São Paulo, assim como em todos os estados, o processo de conquista de assentamentos aconteceu muito mais pelas ocupações do que pelos projetos de governo envolvendo um significativo número de famílias (Tabela 8).

Ano	São Paulo		Brasil	
	Ocupações	Famílias	Ocupações	Famílias
1997	39	5277	463	58266
1998	78	6213	599	76482
1999	29	8571	593	77612
2000	29	5999	393	64497
2001	20	3024	194	26120
2002	17	2811	184	26958
2003	33	6329	391	65552
2004	71	7254	496	79591
2005	53	5942	437	54427
2006	71	5311	384	44364
2007	75	7737	364	49158
2008	49	3022	252	25559
2009	87	6971	290	27278
Total	651	74461	5040	675864

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional.
Elaboração do autor.

As primeiras ocupações do MST em São Paulo foram realizadas em terras do Estado (Tabela 7), já no período posterior (1985-1990), o Movimento começou a ocupar latifúndios e terras devolutas, avançando na direção das regiões de Bauru, Araçatuba, Itapetininga e Pontal do Paranapanema (FERNANDES, 1999).

Segundo Ferrante e Barone (2008) a trajetória das diversas experiências de assentamentos, sobretudo no estado de São Paulo, no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos tem em comum a falta de planejamento, a desorganização de um cronograma racional de investimentos e o esvaziamento cíclico da estrutura de assistência técnica, o que, por consequência, acaba por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados.

Cumprindo seu papel, os movimentos sociais mantêm a reforma agrária na pauta política do Estado reforçando a bandeira de que a Reforma agrária, entretanto, é dever do Estado, mesmo diante da constatação empírica de que sua participação atual não está sendo nem determinante, nem propositiva.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho buscou-se analisar as especificidades do desenvolvimento agrícola no estado de São Paulo. Nesta análise, consideramos que, no estado de São Paulo, foram pequenas as alterações ocorridas nos indicadores de distribuição da posse da terra, podendo-se, entretanto, inferir que, pelo menos entre 1960 e 1996, elas se deram no sentido de elevada concentração com redução residual do Índice de Gini que inverte seu sentido nos últimos anos, ou seja, aumenta a concentração da posse da terra.

Soma-se à elevada concentração fundiária no estado outro grave problema, a saber: a negação de trabalho no campo. Os constantes aumentos de produtividade por incorporação de tecnologia na agropecuária causaram uma redução de pessoal ocupado de cerca de meio milhão desde os anos 1970.

Os impactos mais gerais pelos quais passou a economia brasileira afetaram de modo diferenciado as propriedades rurais. Enquanto a grande produção contou com políticas públicas para a geração de superávits comerciais para fazer frente aos problemas de balanço de pagamentos, a pequena produção foi duramente afetada pelas políticas neoliberais implantadas na sequência. Neste sentido, São Paulo tem se concentrado nas lavouras para as quais existem vantagens competitivas internacionais, fortalecendo sobremaneira a lógica do agronegócio no estado.

É claro o fortalecimento de uma agropecuária ligada ao agronegócio, entretanto, existe também uma enorme gama de pequenas cadeias produtivas de produção

especializadas localmente que, em que pese terem reduzido impacto na renda bruta agropecuária total, apresentam elevada importância local. Isto, por sua vez, demonstra a existência de lógicas produtivas bem distintas no estado que variam desde os altamente capitalizados, dominados por grandes empresas, até estruturas totalmente dependentes da mão-de-obra familiar.

Longe de uma convivência pacífica, estas lógicas distintas revelam mais uma vez que os ganhos de produtividade ficaram ao largo da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, o que por sua vez, corroborou de modo estrutural para ao aumento dos conflitos no campo e na luta pela terra. Existe um descompasso ente a luta pela terra e a política de reforma agrária o que, por seu turno, acaba dando destaque às ações de movimentos organizados, tais como o MST, principal expoente da bandeira da reforma agrária.

Referências Bibliográficas

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA. *ANUALPEC 2006*. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio, 2006. 521 p.

BARBOSA, M. V.; LEITE, S. P. *Reforma agrária em terras públicas: contradições de um governo democrático*. Jaboticabal: Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências Agrárias, 1991.

BERGAMASCO, S. M. P.; FERRANTE, V. L. B.; D'AQUINO, T. Assentamentos rurais em São Paulo: A roda viva de seu passado/presente. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1991.

BERNINI, C. I. De posseiro a assentado: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção contraditória do assentamento Alves, Teixeira (Sete Barras-SP) na Construção do Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira, Sete Barras-SP. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 2009.

BOMBARDI, L. M. O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. In: *Agrária*, nº 1, pp. 55-95, 2004.

CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, T. A. Queiroz. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp, 2007.

DATALUTA/NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. *Data Luta: banco de dados de luta pela terra*. Presidente Prudente, 2007.

FELICIANO, C. A. *Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2009.

FERNANDES, B. M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1999.

FERRANTE, V. L. S. B e BARRONE, L. A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas. In: FERRANTE e WHITAKE (orgs.).

Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos das políticas de assentamentos rurais. Série NEAD Especial. Brasília, MDA, 2008.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, v.1, n.1, p.5-20, 1992.

GOMES DA SILVA, J. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas – SP. ABRA, 1996.

GONÇALVES, J. S. Agricultura paulista, especialização regional e políticas públicas. In: *Análises e Indicadores do Agronegócio*. Volume 1, nº 10, outubro/2006.

GONÇALVES, J. S. et al. Economias Regionais Paulistas no período 2005-2007: desconcentração na agropecuária com concentração na agricultura revelando diferenças estruturais. In: *Informações Econômicas*, SP, v.39, n.2, fev.2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro. In: *Anais do II Encontro da ABCP*. Águas de São Pedro, SP. Outubro, 1980.

HOFFMANN, R. *Distribuição da posse da terra no Brasil e nas Unidades da Federação, conforme a condição do produtor, 1970 a 2006*. (No prelo), 2010.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. In: Ramos, P. (org.). *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições, e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007.

HOFFMANN, R. Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e redundância. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 719-738, dez, 1979.

IBGE. *Censo Agrícola*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960

IBGE. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

IBGE. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

KAGEYAMA, A. A. *A questão agrária brasileira: interpretações clássicas*. Revista Reforma Agrária, ABRA, 1993.

LAMARCHE, H. (Coord.). *Agricultura Familiar: Comparação Internacional – Do mito à realidade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

MARINHO, M. A. *Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas: Uma análise do Parque Estadual Intervales e o bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 2006.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 1999.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. HUCITEC Polis. São Paulo, SP, 1984.

NORDER, Luiz Antonio. *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de Wageningen.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 2000.

TOLENTINO, C. A. F. Os fios da história de um assentamento "desaparecido". *In: Cadernos AEL, n. 7*. pp. 105-129, 1997.

TSUNECHIRO, et. al. Valor da Produção Agropecuária do Brasil, por unidade da federação em 2008. *In: Informações econômicas, SP, v. 40, n.3, mar. 2010*.

VASCONCELOS, M. M. N. Dos antecedentes do PNRA à produção e gestão do espaço no Projeto de Assentamento Amaralina - Vitória da Conquista: (uma fonte de cobiça). Dissertação de mestrado. IG/UFBA, 2007.

ⁱ Índice de Gini calculado sem estimar a desigualdade intra-estratos.

ⁱⁱ Nesse sentido a criação dos pólos da APTA, ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, é um bom exemplo.

ⁱⁱⁱ Outro fator a ser levando em consideração para a redução significativa do rebanho paulista é o uso de tecnologias aplicadas ao manejo, forragem e suplementação alimentar que geraram um aumento da produtividade da pecuária de corte. Houve redução do tempo de abate dos machos em nove meses, sendo realizado atualmente em 35 meses de idade (ANUALPEC, 2006).

^{iv} Segundo o IBGE, no Brasil como um todo, o nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento tem uma forte relação com o recebimento de orientação técnica. Dos produtores com instrução igual ou inferior ao ensino médio incompleto, apenas 16,8% receberam assistência técnica, enquanto que para os produtores com ensino fundamental completo este percentual sobe para 31,7%. Para os produtores com nível superior, excetuando-se aqueles com formação em ciências agrárias e veterinária, a assistência técnica alcança 44,7% dos estabelecimentos (IBGE, 2009).

^v No próximo tópico estas áreas serão mais bem analisadas.

^{vi} Lei 59.994 de dezembro de 1960.

^{vii} Durante o governo Collor (1990 – 1992) os números foram ainda mais tímidos: foram criados 190 projetos com capacidade de assentamentos de apenas 42.484 famílias. Com a entrada de Itamar Franco (1992- 1994), houve a criação de mais 99 projetos com o assentamento de 12.062 famílias.

^{viii} A política do Governo Montoro tinha duas diretrizes básicas, a saber: a) programa de assentamentos de trabalhadores rurais e b) processo de regularização fundiária. O arcabouço jurídico está presente na Lei 4.957 de 30/12/1985 no que tange assentamentos e na Lei 4.925 de 19/12/1985 acerca da alienação das terras públicas (BARBOSA E LEITE, 1991, p. 43)

^{ix} Sobre a formação de assentamentos rurais anteriores à década de 1980 ver Martins (1979) e Bergamasco et. al. (1991).

^x Informações disponíveis no Sistema de Informações Territoriais, disponível no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (<http://sit.mda.gov.br>) acessado em 13 de Setembro de 2010.

^{xi} Segundo dados do DATALUTA, entre os anos de 1988 e 2008, 691 ocupações envolvendo 97.702 famílias. São ao todo 109 assentamentos totalizando 6.111 famílias beneficiadas em uma área de 140.272 hectares, conforme publicação disponível em www.fct.unesp.br/nera.

^{xii} Consta nos anexos desta tese uma tabela completa com dos dados básicos de todos os assentamentos rurais do estado.